

Qual é o seu apelido?

Um estudo de caso de objetivação na escola

What is your nickname?

A Case Study of Objectivation in School

João Gilberto da Silva Carvalho
Instituto Federal do Rio de Janeiro
joao.carvalho@ifrj.edu.
<https://orcid.org/0000-0002-2408-0004>

RESUMO

O artigo procura compreender a dinâmica dos apelidos no *campus* Arraial do Cabo do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ). Um estudo de caso construído a partir da perspectiva de se estudar a representação social no âmbito de um de seus elementos constituintes, a objetivação. Para tanto, foram aplicados questionários a 139 alunos; a seguir, doze alunos escolhidos aleatoriamente e entrevistados, suas respostas gravadas e transcritas para análise. A interpretação das respostas e o mapeamento do contexto permitiram entender os apelidos a partir de sua objetivação, isto é, a forma como essa marca identitária ganhou especificidade no *campus*.

Palavras-chave: Representação social. Objetivação. Apelido. *Bullying*.

ABSTRACT

The article seeks to understand the dynamics of nicknames at the Arraial do Cabo campus of the IFRJ (Federal Institute of Education, Science and Technology of Rio de Janeiro). A case study built from the perspective of studying social representation within one of its constituent elements, objectification. Therefore, questionnaires were applied to 139 students; Next, twelve students randomly chosen and interviewed, their responses recorded and transcribed for analysis. The interpretation of the answers and the context mapping allowed us to understand the nicknames from their objectification, that is, the way this identity mark gained specificity on campus.

Key words: *Social representation. Objectification. Nickname. Bullying.*

Introdução

Em 05 de novembro de 2015, por ocasião da VI Semana Acadêmica do *campus* Arraial do Cabo, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, IFRJ, a pesquisa foi iniciada. Nos moldes de um *workshop*, a intenção era obter informações preliminares sobre um objeto em fase de construção. Assim, por duas horas discutiu-se o *bullying* e a violência escolar, sendo o foco principal das reflexões os apelidos. A exibição de alguns vídeos curtos foi o mote para que os participantes falassem de apelidos a partir de suas experiências pessoais. Era apenas o início, antes de ser realizada uma “coleta” de informações no campo e ajustes necessários a propósitos que não eram restritos ao estudo de um relevante fenômeno do cotidiano escolar. A pesquisa sobre apelidos foi, igualmente, o mote para aprofundar discussões teóricas na psicologia social, especificamente, no campo das representações sociais.

O recrudescimento dos conflitos escolares tem estimulado pesquisas sobre o fenômeno da violência escolar em diferentes abordagens e áreas do conhecimento. Assim, psicólogos, sociólogos, pedagogos, entre outros especialistas, procuram entender o que está acontecendo na educação. As cenas que podem ser vistas no *Youtube* são preocupantes. Brigas entre alunos, agressões e atos de vandalismo — um conjunto de situações que não se coadunam nem um pouco com o que se espera de um ambiente escolar. A obra *O Professor Refém* (ZAGURY, 2006) já pode ser qualificada de clássico para um fenômeno que se tornou corriqueiro: a agressão a professores.

A Lei nº 13.185 (BRASIL, 2015) criou o Programa de Combate à Intimidação Sistemática, cujo escopo abrange a sociedade como um todo e não apenas o espaço escolar. A Lei é precisa quanto à caracterização do que seja intimidação e, assim, no Art. 3º pode ser lido: “a intimidação sistemática (*bullying*) pode ser classificada, conforme as ações praticadas, como: I. — verbal: insultar, xingar e apelidar pejorativamente”.

O interesse da presente análise é o apelido — os que circulam entre as turmas do curso técnico de nível médio em informática na forma integrada do *campus* Arraial do Cabo. Mais do que meramente classificá-los, entender sua dinâmica em um estudo de caso que projete suas reflexões a todos os que se interessem por problemas educacionais, ao mesmo tempo em que se discutem aspectos teóricos e metodológicos importantes para um campo específico da psicologia social. Aqui se defende a tese de que a representação

social possa ser estudada a partir de uma de suas facetas (ancoragem e objetivação), destacando-se neste trabalho a objetivação. Trata-se de um desdobramento de reflexões que situam a representação social enquanto processo social e histórico, realizadas em trabalhos anteriores.

Apelido: a marca da diferença

O apelido é definido em dicionário como o ato de nomear alguém. No cotidiano há apelidos com a potencialidade de causar perda de autoestima, assim como existem aqueles capazes de afagar o ego e provocar reações favoráveis no ambiente social. Os limites são tênues. Um apelido carinhoso pode se tornar depreciativo e vice-versa, pois é o contexto que delimitará a mutação dos afetos a partir do uso. Aqui parte-se do princípio de que o apelido cria marcas na relação entre pessoas, sendo, portanto, uma das expressões visíveis da dinâmica alteridade-identidade que permeia a vida em grupo. A complexidade do apelido deriva de sua flexibilidade e inserção generalizada no cotidiano.

O apelido pode ser um sobrenome ou então resultar da contração de nomes, sendo assim um segundo nome ou uma forma mais ágil e familiar de comunicação (hipocorístico). No Brasil, Antônio pode ser conhecido como Tonho, assim como nos EUA Richard pode ser chamado de Ricky. Em trabalho clássico, Holanda (1995) demonstrou como a aproximação carinhosa expressa a dinâmica vida social brasileira em que o público e o privado são embaralhados a ponto de romper as hierarquias. Desta forma, o apelido aproxima, diminui a distância social. Exemplo: um hipotético prefeito João é chamado de Joãozinho — caso comum, principalmente no interior do país, quando até o sagrado acompanha esse processo, como no caso de Santa Teresa (Teresa de Lisieux), reverenciada como Santa Teresinha.

Tomar consciência de si é criar uma identidade pessoal a partir da diferenciação contínua que se faz do mundo “ao redor” (dualismo). Trata-se de um movimento dinâmico e interdependente, que começa na infância e articula o (1) processo biológico, (2) o processo social e o (3) processo do ego (ERIKSON, 1976, p. 73). Essa “tomada” de consciência não se faz de forma espontânea e isolada (DUVEEN, 1998), nem muito menos de um processo que parte do indivíduo. Pelo contrário, ao nascer, a criança é inserida no mundo social e dele se torna objeto, recebendo um nome, um condicionamento de gênero, uma língua e assim percorrerá as etapas necessárias ao seu enquadramento social — filho,

aluno, colega, amigo, namorado e assim por diante. Não se trata, portanto, de escolhas de um indivíduo que opta pelo seu próprio devir — ideia tributária de uma tradição dezenovista.

Na infância desponta a consciência progressiva do mundo. É possível aceitar aqui o ponto de vista de Maturana e Varela (2001) de que a consciência e o mundo sejam coemergentes, embora a tríade eu-outro-mundo (JOVCHELOVITCH, 2008) se expresse no cotidiano de modo fragmentado e egotista. O “ser” da filosofia se apartou historicamente do mundo, atribuindo-se ao cartesianismo uma visão dualista, mente x corpo, que se desdobra em outros tantos dualismos: homem x mundo, cultura x natureza, espírito x matéria.

A consciência de si mesmo é o passo inicial para viver e compartilhar um mundo de símbolos, convenções e instituições — é a trajetória corriqueira de todos nós que vivemos em grupo. Neste percurso, o desenvolvimento psicológico se faz pelo estabelecimento de laços de confiança e pertencimento, sem os quais a vida em sociedade seria impossível (GIDDENS, 2002). Confio naqueles a quem conheço e a mim se assemelham já que compartilhamos uma base simbólica que nos assegura a comunicação e o entendimento, pois estar seguro e ter respostas adequadas para agir/sentir em conformidade com o mundo cria a base social da convivência. Deste aspecto compartilhado da existência emergem os processos identitários e o sentimento de pertencer a um grupo, sociedade ou nação. O conceito de confiança nos permite estabelecer pontes entre as dimensões sociológica e psicológica da existência humana.

É possível oferecer um leque de possibilidades de identificação: brasileiro, paulista, paulistano, corintiano, operário, carioca, flamenguista, sambista, advogado — as combinações possíveis são inesgotáveis. Raciocínio que sem a devida prudência nos conduz a outro equívoco, o de tratar identidade como uma espécie de essência imutável. Aliás, identificação é o termo preferido por Hall (2003), já que expressa de forma mais dinâmica o relacionamento constante entre sujeitos, subjetividades e seus contextos.

Assim, se em linhas gerais identidade implica semelhança e alteridade diferença, isoladamente tais definições perdem sentido, pois uma só é possível a partir da outra. Há um contrassenso linguístico: se as pessoas fossem idênticas no sentido estrito, não poderiam ser diferentes entre si. Como filosoficamente demonstrou Heidegger (2006), a identidade supõe relação com a diferença, traduzida na díade eu-outro. O fato é que as identidades são construções simbólicas que possuem estabilidade e força de aglutinação,

notadamente quando contrapostas às diferenças. Tal divisão está na raiz de desentendimentos e conflitos que podem ser transformados em guerras. A história nos oferece vários casos de estranhamentos que chegam às raias do radicalismo (xenofobia). Pelas mãos de Hartog (1999), por exemplo, vemos os conflitos entre gregos, persas e citas, que são exemplares do que foi dito quanto ao estranhamento entre povos. Ou, para fazermos alusão a fatos recentes, aqueles a quem a mídia do Ocidente chama de terroristas podem ser heróis em suas sociedades. Os citas, os terroristas, os bárbaros, os selvagens, expressam a ameaça e o incômodo causado pela diferença.

A diferença emerge a partir do desvio de padrões sociais construídos e mantidos historicamente por coletivos: elites, classes sociais, estratos, nações, ou simplesmente aqueles que estão em posição de domínio para exercer o poder, em nome do povo, da tradição, da ideologia, da religião, entre as muitas formas possíveis de legitimar o estranhamento, a exclusão e o exercício da dominação. Bauman (1999) utiliza o termo ambivalência para se referir ao caráter ameaçador de “gente estranha”, capaz de atemorizar com sua simples existência o sistema dominante. No passado, os indesejáveis eram eliminados ou deportados para as colônias distantes. Hoje, a convivência é imperativa, pois no mundo globalizado não há como se livrar tão facilmente da diferença. O eu e o outro — identidade e alteridade —, eis os elementos básicos do combustível que alimenta os conflitos que espocam em diferentes níveis da sociedade.

Teoria das Representações Sociais e Identidades: de onde vem o apelido?

A Teoria das Representações Sociais (TRS) é uma corrente que agrega pesquisadores de diferentes áreas e se ocupa em estudar “como” as pessoas pensam, interessando-se precipuamente pela construção social do pensamento, “o que” e “como” as pessoas pensam, isto é, qual o saber criado socialmente para dar conta dos desafios do cotidiano. Uma escola teórica que iniciou sua trajetória com Serge Moscovici e está presente não apenas na psicologia social como em outros campos do saber humano. Hoje a teoria está dividida em vertentes bem definidas e conta com estudiosos e pesquisadores em praticamente todos os continentes. Na área da educação, a TRS encontrou terreno fértil e tem gerado trabalhos interessantes sobre o cotidiano da violência escolar, ainda que em pequeno número, como o artigo de Eyng *et al* (2009) e a dissertação de Araújo

(2011), embora não tratem de apelidos. Especificamente sobre o tema, mas em outra perspectiva teórica, pode ser destacada a dissertação de Vereda (2007), que trata de “apelidos pejorativos”. Mas, como a base teórica aqui utilizada repousa na TRS, é necessário discorrer um pouco mais sobre o conceito de representação social.

Diariamente a vida nos insere em contextos nos quais a explicação e o entendimento são indispensáveis, senão vitais: como devemos agir nessa ou naquela situação? O que esperar das pessoas? Como avaliá-las? O que é isso que temos diante dos nossos olhos? Quem somos nós e quem são os outros? Perguntas, uma infinidade de perguntas, para as quais existe um repertório simbólico que cada grupo usa a seu modo para respondê-las. Esse repertório construído e reconstruído ao longo do tempo, sedimentado cotidianamente pelas relações sociais entre diferentes grupos humanos, até que seja obtido um consenso sobre os parâmetros que devem nortear a vida coletiva (MOSCOVICI; DOISE, 1991). Trata-se de um conhecimento que: 1) comunica; 2) produz interações; 3) normatiza/normaliza; 4) gera afetos; 5) confere sentido e significado. Definições apuradas foram elaboradas por seus autores clássicos (JODELET, 2001; MOSCOVICI, 2003), não cabendo aqui um esforço redundante de teorização.

O exercício da imaginação pode nos sugerir a pensar em nossos ancestrais remotos, que não possuíam parâmetros além da reação instintiva. Ao longo do tempo, porém, a reprodução da existência estabeleceu vínculos mais eficazes à sobrevivência. Assim, a vida em sociedade implicou em ajustes e controles sobre as vontades individuais e um padrão simbólico comum, imposto a todos os seus membros. Tal exercício de imaginação, assim como a atividade representacional em geral, são atributos humanos, derivados da evolução da espécie, associados a um repertório simbólico compartilhado, sem o qual as comunicações e a própria vida em sociedade seriam impossíveis.

Símbolos, signos ou sinais são formas de representação que, simultaneamente, possuem existência própria, isto é, fazem a mediação com o mundo e dele fazem parte, tendo assim realidade intrínseca. Uma analogia possível: o ator que representa um personagem é também alguém dotado de vida pessoal — a representação preenche, substitui, mas também tem suas especificidades, “vida própria”. Essa característica da representação, substituição ao ausente, é fonte de controvérsias que se assemelham às críticas dirigidas ao pensamento idealista. Substituir remete a “algo oculto”, uma realidade escondida, última e cristalina. A representação, porém, não é mero reflexo de uma realidade que a precede — também não é epifenômeno ou reflexo, e sim a própria

realidade construída socialmente em contextos históricos e culturais definidos. Retomando o exemplo do ator, quando muitos artistas interpretam um personagem, cada ator empresta sua marca pessoal ao papel. E a interpretação (representação), no final das contas, é o que atinge o público.

O conceito de representação pode ter diferentes apropriações, mas na TRS o seu uso é preciso e o desvencilha dos idealismos filosóficos em geral. A representação é social por ser compartilhada e existir em contextos históricos e culturais definidos, oferecendo substrato, sentido e significado às ações e ter um código dotado de estabilidade que assegura a continuidade à vida social. A representação de algo ou de alguém é sempre elaborada por e dirigida a alguém no tempo e no espaço. Desta forma, rompe-se a dicotomia sujeito versus objeto, posto que a representação social expressa e sintetiza a tríade eu-outros-mundo. É o nexos entre o psicológico e o sociológico.

Do trabalho de cognição coletiva em que o novo e o existente são tensionados emerge uma representação social, filha e mãe de seu contexto. É o resultado do trabalho de cognição realizado por grupos no dia a dia. Distingue-se da opinião e da atitude por supor uma organização simbólica encravada na lógica de existência social, não derivando, portanto, de caprichos ou vontades individuais isoladas. A sociologia durkheimiana destacou a existência de uma consciência coletiva que se diferencia da consciência dos indivíduos e se expressa por meio de fatos sociais — aqueles que se comportam como “coisas”. Nessa linha de raciocínio, “descoisificada”, Moscovici (2003) demonstrou que as sociedades pensam e a expressão deste pensamento é a representação social.

Há uma forma mais simples de defini-la: senso comum. Senso comum, qualificado de conhecimento grosseiro ou sem valor, no máximo sabedoria popular, ou ainda reabilitado, o ponto de partida da atividade científica, transformado pela TRS em objeto preferencial — o *locus* do pensamento da sociedade, a forma como as pessoas qualificam e dão sentido ao mundo. Não possui a representação social, enquanto senso comum, a pretensão da ciência ou a profundidade do pensamento religioso, embora lhes ofereça o esteio, ramificada que está entre os humanos comuns, a grande maioria — aqueles que não receberam a unção de igrejas ou os certificados das academias.

As identidades possuem dinâmica psicossocial semelhante, por oferecer aos grupos e pessoas padrões de entendimento geradores, ações/sentimentos de pertencimento ou de exclusão. A mobilização de símbolos da nação, por exemplo, criou a identidade nacional, os requisitos para que uma nacionalidade fosse compartilhada e

aceita por todos. Ainda prosseguindo na linha deste raciocínio, quando a seleção brasileira de futebol entra em campo, é a nação que ali está representada, não obstante as grandes diferenças de um país de dimensões continentais como o Brasil. Angela Arruda, no campo da psicologia social, seguiu o caminho tradicionalmente ocupado por historiadores e sociólogos para nos apresentar a “negociação da diferença” e a existência de um imaginário edênico que historicamente embasou a identidade nacional brasileira (ARRUDA, 1998).

De acordo com Andrade (1998), a identidade é uma representação. Em suas palavras: “a identidade é a representação do ator social, do ‘eu’, um fenômeno cognitivo em que o ator social, o ‘eu’ é o objeto do conhecimento” (ANDRADE, 1998, p. 141). Do ponto de vista psicossociológico, as identidades e as representações definem o *modus operandi* dos relacionamentos sociais, a base de entendimentos e desentendimentos. O que significa dizer, elas permeiam ativamente as relações cotidianas, a microssociologia nossa de cada dia. E nas entranhas desses relacionamentos brotam os apelidos, pequenos e fugazes recortes de padrões sociais. Os padrões de beleza ensejam o “gorducho”, a “magrela”, o “narigudo”; os preconceitos regionais geram o “paraíba”, o “caipira”; o racismo gera o “negão”, o “macaco” e assim por diante. Nesses casos, o apelido, é uma representação distorcida do outro capaz de provocar sofrimento e exclusão (SAWAIA, 1999).

Ainda no campo teórico, é importante destacar que a dinâmica psicossocial dos apelidos expressa a representação social e seus processos básicos: ancoragem e objetivação. Pela ancoragem, a novidade é inserida no repertório simbólico do grupo a partir de tensões criadas pelo seu estranhamento. Na objetivação, produz-se o sentido, quando a materialização simbólica se torna impositiva. O novo gera um esforço cognitivo de entendimento, uma negociação simbólica com graus diferentes de turbulência, até que a “resposta” (o sentido) seja estabelecida e consensual.

A pesquisa parte da premissa de que existe a representação social dos apelidos e de que seja possível destacar a objetivação — a forma concreta como o apelido se apresenta no contexto da pesquisa. Para Moscovici (2003, p. 71), “Objetivação une a ideia de não-familiaridade com a de realidade, torna-se a verdadeira essência da realidade”, sendo assim “um processo muito mais atuante que a ancoragem”. O curso de negociação simbólica, no âmbito da psicologia social, torna-se coercitivo, sociológico. Ou ainda: o estranhamento gera um consenso no interior do grupo, quando não há mais o que se

discutir e sim fazer. O abstrato (ancoragem) é transformado em concreto (objetivação). Objetivar é transformar o abstrato em concreto, isto é, a negociação coletiva no trabalho de ancoragem provoca um resultado categórico, imperativo. Em termos sociológicos, o consenso se torna coerção e organizador de condutas. Por esse motivo, Moscovici afirma ser a objetivação “um processo muito mais atuante que a ancoragem” (2003, p. 71).

Metodologia: os dilemas da via empírica

A pesquisa realizou uma amostragem inicial para definir os tipos de apelido que circulam no campus Arraial do Cabo (IFRJ). Foram aplicados questionários a todas as turmas do curso integrado técnico em informática, que resultaram em 139 respostas. Foram realizadas apenas duas perguntas, com a finalidade de fazer um levantamento sobre os apelidos que cada aluno possuiria dentro e fora da escola. Do trabalho de categorização (BARDIN, 2011) emergiram sete grupos de apelido — racial, social, de gênero, fortuito, pessoal, físico e regional — que serão objeto de análise adiante. Descrição simples para uma atividade complexa, se for levado em consideração o artigo de Bordieu (1982) de que não é de hoje que a coleta de dados está sujeita a críticas de toda ordem, a começar pela expressão “coleta”. Questões relacionadas à neutralidade e objetividade científicas já renderam muitas reflexões e não cabe aqui ressuscitá-las. Entretanto, “coleta de dados” é uma herança do tempo em que a relação entre cientista e objeto era encarada como distante e “natural”. O pressuposto aqui é de que o contexto afeta decisivamente os resultados pretendidos — o conhecimento tem a cientificidade que o contexto permite, entendido enquanto totalidade histórica.

Mas as fronteiras não são tão nítidas. Os trabalhos no campo das representações sociais demonstraram que o senso comum não é um agente estranho que seja possível extirpar com a “luz” do conhecimento. O trabalho seminal de Moscovici (1978) expôs o processo em que os conceitos oriundos da psicanálise foram incorporados ao cotidiano francês. O cientista não está “imune” à rede de conhecimentos, saberes e crenças que alimentam os processos psicossociais que circulam na sociedade. O senso comum, que já foi sinônimo de mera ignorância, ou ponto de partida para a geração de ciência (enquanto curiosidade ingênua), ganha na escola de Moscovici (ou em parte dela) status de ambiente de pensamento (social) típico da modernidade — a representação social é a expressão por excelência do pensamento social moderno.

O objetivo da pesquisa foi o de mapear a dinâmica psicossocial do apelido no segmento básico do campus Arraial do Cabo (IFRJ). Mapear a partir da observação — mas não aquela observação que caracteriza o antropólogo em uma aldeia indígena, que registra as diferenças inusitadas. Uma escola não é uma aldeia e todo cidadão sabe que apelidos existem na escola (e fora dela). A pesquisa, portanto, buscou diferenças em um ambiente extremamente familiar. Literalmente, pois os alunos conhecem o pesquisador responsável e sua equipe de alunos bolsistas. E tal situação marcou efetivamente o contexto de realização da pesquisa, como se concluiu do posicionamento de alunos que se dispuseram a responder a pesquisa no anonimato do questionário, mas declinaram da entrevista pessoal. Não obstante, o fato de haver alunos (bolsistas) no processo de interpretação esclareceu detalhes que seriam impossíveis sem a sua presença privilegiada no campo. Perde-se de um lado, ganha-se de outro — são as vicissitudes do trabalho de campo.

No evento institucional acima mencionado (workshop), o propósito foi realizar um levantamento preliminar. Como resultado, o pesquisador passou a receber informações e colaborações sobre o tema, pois esteve receptivo para acolher detalhes preciosos que muitas vezes são negligenciados em uma abordagem tradicional. Os bastidores têm o poder de enriquecer a pesquisa, embora nem tudo possa ser incorporado efetivamente. Trata-se, portanto, de um princípio metodológico: estar aberto e provocar o campo a ponto de serem produzidas ondas de colaboração.

Houve dois momentos de contato formal: na aplicação de questionários e nas entrevistas com alunos.

Os questionários apresentavam duas perguntas a serem respondidas no anonimato e as entrevistas, realizadas pelo professor responsável, foram gravadas para transcrição e análise posterior. As duas etapas geraram informações ou pistas que permitiram a interpretação. Na primeira etapa, dois dias foram utilizados para aplicação de questionários a todos os alunos que estivessem presentes no campus e se dispusessem a responder. Na etapa seguinte, por escolha aleatória, dez por cento da amostra quantitativa foi entrevistada ao longo de uma semana, em diferentes horários, de acordo com a conveniência dos participantes.

A entrevista é uma modalidade de interação que requer cuidados e atenção às recomendações oferecidas pelos especialistas (BUBER, 1982; GARRET, 1981; BARDIN, 2011). De acordo com Morin (1973), há duas vias possíveis diante do pesquisador: espetacularizar ou compreender o entrevistado. Na prática o entendimento de manuais

pode não ser suficiente, já que não há garantias de que as referidas vias não se cruzem. A criação de um discurso coerente a partir da fala do entrevistado requer sensibilidade e princípios, requisitos que se contrapõem ou pelo menos suavizam o discurso arbitrário. Neste sentido, aqui se adotou de bom grado o postulado de que o entrevistado deve ser preservado a qualquer custo. Entretanto, analisar entrevistas e produzir o que foi designado acima de "discurso coerente", ou suficientemente arrumado, possui apenas os parâmetros éticos como limite. Por se tratar de uma pesquisa que lida com marcas identitárias tão profundas (apelidos), e ainda por cima de jovens menores de idade, o desafio foi grande, pois reconstruir narrativas sem perder o sentido é um esforço que se aproxima da literatura.

Em termos de interpretação, ainda que não fosse pesquisa de cunho historiográfico, o chamado paradigma indiciário foi boa opção, pelo menos enquanto inspiração para conferir densidade narrativa ao texto da pesquisa. O método utilizado pelo historiador Ginzburg (2007) busca compreender um determinado contexto histórico a partir de indícios, detalhes e elementos marginais que são portadores, no entanto, da totalidade. No caso em questão, significa dizer que os apelidos que circulam na comunidade de Arraial do Cabo possuem nexos com as relações de alteridade mais amplas, características da sociedade brasileira em que o escracho e o politicamente correto se embatem diariamente. O Estado do Rio de Janeiro é conhecido no imaginário nacional por sua descontração e alegria. O apelido é utilizado no futebol, na praia, no bar, em lugares compartilhados pelo público, assim como no ambiente familiar, como meio de identificação e comunicação. O que torna *sui generis* o caso de Arraial do Cabo, no IFRJ, deriva do processo de objetivação da representação social, quando então a base simbólica (geral) do apelido é ajustada ao contexto e ganha especificidade (local).

A partir de exemplos obtidos na internet (e apresentados adiante), constata-se a ideia de que apelidos se baseiam em preconceitos raciais, regionais ou de gênero. Entretanto, na classificação de apelidos da amostragem quantitativa da presente pesquisa, tais atributos não foram os mais expressivos, embora tenha ocorrido um número razoável de apelidos racistas, homofóbicos e outros que compõem o senso comum (ou a representação social) do apelido.

Neste ponto, é importante esclarecer que a alteridade é geradora de várias denominações: preconceitos, estereótipos e estigmas, termos que necessitam de clareza no uso. Se preconceito é termo de dicionário, estereótipos (MARQUES et al, 2004) e

estigmas (GOFFMAN, 1988) pertencem a teorias definidas. Trata-se de uma questão de escala de danos: o apelido pode ser fugaz e irrelevante em alguns casos, mas pode ser também devastador em outros.

As pistas

Em 05 de novembro de 2015, a pesquisa foi apresentada em suas linhas gerais por ocasião da VI Semana Acadêmica do *campus* Arraial do Cabo. No *workshop*, a intenção foi observar o tema de forma preliminar e, assim, descontraidamente, os participantes foram convidados a falar de seus apelidos. Um dado ficou patente na ocasião e seria confirmado nas amostragens posteriores: todos têm apelidos que marcam e assim aproximam ou afastam as pessoas. Paradoxalmente, em um grupo é possível haver apelido de natureza racista, sem que haja tal conotação entre os membros do grupo. Nesse caso, ele funciona como um traço de intimidade, embora seja inadmissível em outros contextos, por conta da forte pressão contra o racismo na sociedade. Isto é, os laços entre aqueles que pertencem ao grupo ensejam essa “transgressão”, como veremos adiante.

Vale mencionar um episódio ocorrido durante a pesquisa. Aconteceu o seguinte: um professor teve a ideia de criar um baralho com caricaturas de professores. O jogo, *Escola do Baralho*, deveria ser praticado nos moldes dos jogos de RPG, tão a gosto de jovens adolescentes. Os atributos de cada carta seriam obtidos a partir de votação entre os alunos, assim como a confecção do material. A ideia era fazer com que os docentes refletissem sobre a forma como são vistos pelos alunos. Produzido com ilustrações elaboradas e acabamento esmerado, o baralho final ficou bonito e até uma caixa foi criada para acomodá-lo, parecendo de fato um produto comercial. Houve precauções para que nenhuma carta recebesse nota extremamente baixa, isto é, um patamar mínimo foi estabelecido. Os caricaturados receberam nomes fictícios, embora tenha sido fácil para a comunidade escolar descobrir a quem a carta se referia. Não obstante a proposta ter supostamente um caráter pedagógico, o jogo foi proibido de ser apresentado no referido *workshop*. O professor recuou de sua proposta que gradativamente foi esquecida. Não deixa de ser significativo o fato de ter provocado constrangimento antes mesmo de ter sido apresentado. Pedagogicamente é possível criticar o baralho com uma pergunta: qual a

necessidade/importância de tais atributos? Por que humor ou beleza caracterizariam o trabalho docente?

As cartas e seus atributos sintetizam apelidos que expressam as relações de poder entre alunos e professores no seu cotidiano. Elas transitam entre o carinho e a revanche, enviando mensagens aos professores — uma oportunidade para expressar o que muitas vezes querem dizer e não podem. E mesmo com todo o suposto ambiente liberal que caracteriza a escola, o baralho foi censurado e rapidamente esquecido. De fato, mexer com a imagem alheia é se arriscar a tocar em áreas cuja sensibilidade é extrema.

O questionário

Foram aplicados questionários às oitos turmas que compõem o curso médio técnico integrado em informática do *campus* Arraial do Cabo. Sob anonimato os alunos presentes indicaram: 1. Os apelidos que possuem na escola; 2. Os apelidos que receberam ao longo de suas vidas. Cada aluno poderia indicar no máximo três apelidos entre as duas opções temporais (apelidos de ontem e de hoje). Do questionário emergiram as categorias predominantes, assim agrupadas: racial, social, de gênero, fortuito, pessoal, físico e regional (Gráfico 1). Os exemplos abaixo facilitam o entendimento:

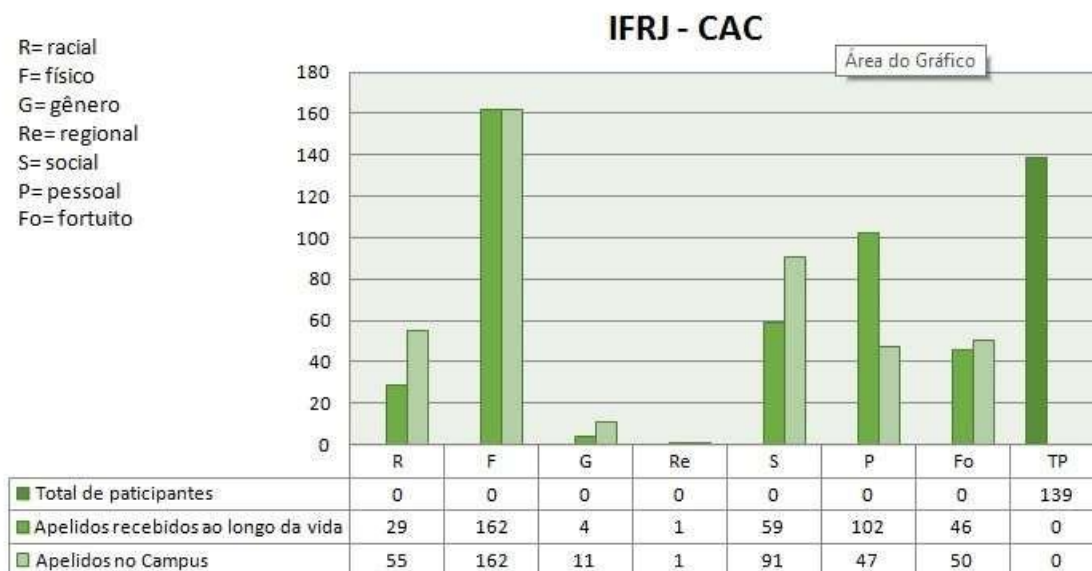


Gráfico 1 – Total de participantes, apelidos recebidos ao longo da vida e apelidos no Campus

Fonte: Os próprios autores

- Racial: cor da pele. Exemplo: negão;
- Social: interação cotidiana. Exemplo: favelado;
- De gênero: relação homem/mulher. Exemplo: loura burra.
- Fortuito: casual. Exemplo: farofa.
- Pessoal: individual. Exemplo: chico.
- Físico: corpo. Exemplo: gordo.
- Regional: regiões do Brasil. Exemplo: paraíba.

Os resultados da amostra quantitativa indicaram a predominância, no caso dos apelidos atuais (originados no *campus*), de motivos físicos (estereótipo/estigma) e sociais (relacionamento cotidiano na esfera pública). Os números escondem, porém, nuances de nomes que não fogem à regra geral no mundo dos apelidos: caricaturas, expressões grotescas, alguns curiosos e outros capazes de provocar o riso.

O resultado difere de uma amostragem divulgada na internet, quando foi investigado o “teor” de oitocentos apelidos usados em uma escola do subúrbio do Rio de Janeiro¹. Mesmo não sendo propriamente uma pesquisa e sim uma atividade pedagógica escolar, vale a menção por confirmar o conteúdo do senso comum de apelidos, isto é, o que se considera apelido usualmente — algo chamado por Vereda (2007, p. 09) de “acepção dicionarizada”.

Parte-se aqui do princípio de que o apelido é inserido em uma microfísica social, isto é, em um ambiente vivo de contradições em que tudo é possível, dependendo do jogo de forças do momento. O apelido pode magoar, sendo nesse caso um tipo *bullying*, ou pode igualmente confortar, provocar vaidade, orgulho, ou simplesmente desaparecer feito um espermatozoide que não encontrou condições para a fecundação. Tais possibilidades foram confirmadas ao longo das entrevistas.

O planejamento inicial previa abordar 10% do número total de questionários por meio de entrevistas abertas, no sentido de aprofundar os dados do questionário e dar “carne e osso às respostas”. Pois como falar de dinâmica psicossocial apenas com números? Os participantes para esta segunda fase foram escolhidos aleatoriamente, a partir de uma solicitação expressa na conclusão do questionário em que, caso aceitassem participar, disponibilizariam contato telefônico e endereço eletrônico. Uma vez escolhidos,

¹ Disponível em: <http://ultimosegundo.ig.com.br/educacao/2014-06-10/professor-mapeia-800-apelidos-usados-como-bullying-em-escola-do-rio-de-janeiro.html>. Acessado em 07/06/16, às 19h32.

assinariam os termos de consentimento, em conformidade com a praxe de pesquisas que envolvem seres humanos.

Na análise, o pesquisador e sua equipe de bolsistas ouviram as gravações e cruzaram as respostas. Um caderno serviu para que fossem anotadas as impressões a cada rodada, provavelmente a parte mais prazerosa do trabalho — ouvir e interpretar os depoimentos. A entrevista teve por base o seguinte núcleo de indagações (ou polos), que serviu de roteiro e nexos:

- Qual é o seu apelido;
- Em que situação surgiu;
- Se não se sente confortável e qual seria o motivo;
- Qual a definição pessoal de apelido;
- Descrição de situações que envolvam apelidos no *campus*.

As entrevistas foram marcadas em horários e dias alternados, iniciadas pelos informes de praxe e atenção ao contexto, pois além de respostas e suas entrelinhas, há movimentos do corpo e situações que precisam ser incorporadas como material de análise. O menor tempo de duração foi de oito e o maior de doze minutos, sendo em média dez minutos o trabalho de escuta. Os entrevistados foram identificados por letras do alfabeto, em maiúsculas, sendo os apelidos meras aproximações. As respostas transcritas sofreram alterações quanto a nome de pessoas e lugares, no sentido de evitar a identificação do participante, preservando-se o sentido e o significado, cuidado que tem por base recomendações de natureza ética e legal, assim como o respeito ao postulado mencionado acima: mexer com a imagem alheia é se arriscar a tocar em áreas cuja sensibilidade é extrema. A alteração das respostas com a preservação do conteúdo foi um trabalho meticuloso para o qual todos os chamados truques de pesquisa foram necessários (BECKER, 2007).

A dinâmica psicossocial do apelido

Na notícia mencionada no tópico anterior, o professor afirmara que a maior parte, entre os oitocentos apelidos arrolados, possuía conotação racista. No mesmo caminho,

outro articulista supõe que o *bullying* tenha início em apelidos². Com efeito, o apelido consolida-se no imaginário popular (senso comum, representação social) como alcunha predominantemente pejorativa. A questão, todavia, é mais complexa. Para Binsfeld e Lisboa (2010), o *bullying* apresenta resultados capazes de surpreender como, por exemplo, o de que agressores se tornam mais deprimidos que suas vítimas. O artigo produzido pelas autoras citadas faz uma revisão literária rigorosa e assim define o fenômeno:

Em linhas gerais, o fenômeno *bullying* se refere às atitudes e comportamentos agressivos (verbais, físicos ou relacionais), intencionais e repetidos, por um período determinado de tempo, sem motivação evidente, adotados por um ou mais jovens contra outro(s), dentro de uma relação desigual de poder, na qual a vítima possui pouco ou nenhum recurso para evitar esta agressão ou defender-se (p. 76).

É importante destacar: o *bullying* é modalidade de violência no espaço escolar e termo estrangeiro para uma prática antiga. A dissertação de Araújo (2011) situa a temática no campo da TRS e referenda o pressuposto aqui defendido sobre a complexidade da violência escolar. Ainda mais quando se trata de apelidos, que expressam simultaneamente processos identitários e representacionais ambivalentes, isto é, ao contrário do *bullying*, o apelido não é necessariamente violento ou agressivo. A dinâmica contraditória dos apelidos foi observada nas entrevistas, como veremos a seguir.

O entrevistado A declarou ter apenas um apelido, “revolucionário sangrento”, e não ter recebido qualquer outro ao longo de sua vida. No *campus* Arraial do Cabo teria ganhado este curioso codinome. Em suas palavras, afirmou gostar de ser chamado de “revolucionário”, embora detestasse o “sangrento”. Desconhecia o motivo dessa contraditória e enigmática associação. E por “revolucionário sangrento” seria conhecido em redes sociais e demais ambientes, e obviamente no *campus*, local onde o apelido teria se originado.

Durante a reunião do grupo de pesquisa houve surpresa estampada nos olhos das bolsistas. Por conhecerem bem o entrevistado A, afirmaram que “revolucionário sangrento” era um tratamento esporádico e ainda assim feito por apenas uma pessoa. Na verdade, o seu apelido, a forma como todos o conhecem, é “Pitt Negro”, associação entre um astro do cinema (Brad Pitt) e a cor de sua pele. Na verdade, segundo as bolsistas, este

² Disponível em: <http://www.recantodasletras.com.br/ensaios/2202639>. Acessado em 06/02/16, às 19h44.

seria o nome de seu perfil no *Facebook* e o modo como todos o tratam cotidianamente, na escola e fora dela. Curiosamente, A é um aluno popular e aparentemente bem resolvido, não demonstrando qualquer insatisfação com seu apelido. Então, por que essa aparente contradição?

É possível supor que esta é a forma como gostaria de ser tratado — “revolucionário sangrento”. Assim, a entrevista foi um veículo de comunicação para o seu desejo. Pois o ambiente no *campus* é favorável a “revolucionários” e não a galãs. Ele disse que o apelido tem o poder de alterar relações de amizade e seu apelido poderia ser mal interpretado por aqueles que o ouvem de fora do grupo original de onde supostamente teria surgido. Gostaria de ser conhecido apenas por “revolucionário”. Talvez outras interpretações sejam possíveis. O que aqui interessa é destacar um traço importante do apelido enquanto marca identitária: pode haver ou não identificação, e até o desejo de mudá-lo, principalmente quando se trata de situação incômoda. Assim, desponta um aspecto epistemológico digno de atenção: o entrevistador não está diante de objetos passivos que irão fornecer placidamente os dados esperados. Pesquisas, notadamente as de viés qualitativo, não geram dados/informações/conhecimentos absolutos, capazes de generalizações, e sim o contexto da própria pesquisa (FINE et al, 2006).

A propósito de incômodo, esta é a sensação indicada por D ao afirmar claramente que não acredita na existência de apelidos que não sejam pejorativos. Sua entrevista foi cercada de curiosidade e expectativa, por conta das posições polêmicas assumidas pela jovem, que já é maior de idade e tem notórios problemas derivados de conflitos familiares. Articulada e comunicativa, ela expressou inteiro repúdio aos apelidos em geral. Seus colegas a chamam de “baleia” em referência ao excesso de peso. Surpreendentemente, como no caso anterior, mais uma distorção da realidade. A pessoa entrevistada, de acordo com parâmetros comuns, é esbelta, não aparentando sobrepeso algum. Sendo questionada por esta aparente contradição, D tergiversa, dizendo baixinho que a intenção de seus colegas é fazê-la se sentir inferior. Afirmou existirem apelidos no *campus* cujo objetivo é ferir a moral ou colocar “a pessoa para baixo”, situação para a qual diz ter conseguido desenvolver resistência. Portou-se como alguém no limite e que se esforça em manter a serenidade, tensão que deve ser cotidiana, impedindo-a de encarar os fatos: não é gorda e ao se mostrar visivelmente incomodada com o assédio dos colegas, alimenta as intenções daqueles que a perseguem. Suas palavras e a de outros entrevistados evidenciam outra característica das representações sociais: a de distorcer a realidade. Ela não é gorda e

pouco importa o resultado da balança, pois será sempre gorda enquanto reagir ao mundo para confrontar-se aos que a rodeiam, sejam eles amigos ou familiares. Sua fama de desmiolada se esvai ao longo da entrevista e, assim, ponderada e inteligente, reforça a pressuposição de que mais uma vez o discurso pedagógico (dos manuais, leis e escolas em geral) é cego à complexidade simbólica que caracteriza as entranhas das interações cotidianas entre os alunos.

Ainda neste sentido, o que se ouviu de C é digno de surpresa e apreensão. Trata-se de aluno que também experimentou intenso mal-estar por conta de apelido recebido no Ensino Fundamental, um caso de *bullying* clássico. Curioso: era chamado pelo nome de um personagem que não se caracteriza pela feiura ou nem possui atributo negativo de vilões. O seu desconforto deriva da insistência e do assédio, em suma, a explícita tentativa de desestabilização. “É uma fase em que o aluno quer passar despercebido”, conclusão elaborada após reunião da equipe de pesquisa. C nunca mais havia reencontrado seus antigos colegas, detesta-os, declarou sem rodeios. Perguntado se ficaria irritado se os seus atuais colegas soubessem do antigo apelido e o utilizassem com os mesmos objetivos, respondeu, após uma pausa significativa: não! Esta entrevista trouxe um dilema ético e uma questão metodológica importante:

Antes de ser entrevistado, C manifestou certa dificuldade que parecia, como se verificou depois, ter conexão com o seu apelido. Questionado sobre tal possibilidade, mostrou-se reticente. Hipoteticamente, o grupo de pesquisa entendeu que o trauma causado pelo apelido fizera com que não utilizasse uma peça importante para sua vida e desempenho acadêmico. Entretanto, por conta do anonimato que rege o código de pesquisa, não havia muito a fazer a não ser lhe sugerir delicadamente ir a um médico especialista.

As pesquisas podem gerar sinergias imprevisíveis e assim criar pistas enviesadas e oportunidades, que vão de recomendações de textos imprescindíveis a comentários e sugestões importantes. Para aproveitar essas possibilidades, o pesquisador precisa estar disposto a acolher, mesmo sob o risco de ter contratemplos. Muitas vezes o itinerário de pesquisa pode surpreender e criar situações que oscilam entre o cômico e o dramático — um contexto humano rico e fascinante que não pode ser arrastado para baixo do tapete da cientificidade. Nesse sentido, em relação à pesquisa em tela, as reuniões para debater e cruzar as informações foram fundamentais, pois nos permitiram ir além dos limites rasos da informação.

Na pesquisa, os apelidos derivados de características físicas são aqueles que fogem ao padrão tradicional de harmonia física, como é o caso de E, conhecido por “narigudo”. Um apelido que trouxe de fora, já que em sua opinião os debates e ações institucionais impedem que apelidos desagradáveis sejam originados no *campus*. Neste sentido, tanto para E quanto para B, apelidos ruins são coisas do passado, do Ensino Fundamental, do tempo em que todos os alunos são imaturos. Então, B tem a opinião de que não exista *bullying* entre seus colegas. O seu curioso apelido — omelete — é levado na esportiva e usado com o seu consentimento. Entretanto, ambos (E e B) caem em contradição, já que concordam com D de que a intenção dos apelidos seja “sempre colocar para baixo”. Ora, como seria possível não haver *bullying* a partir de tal intenção?

O paradoxo atesta um princípio óbvio: não há respostas lineares em entrevistas semiestruturadas. A repetição da expressão “colocar para baixo” indica haver *bullying* entre os alunos, ainda que alguns consigam lidar ou afirmem não existir qualquer tipo de assédio na instituição. O que se atesta nas falas de J e K, que não esboçam qualquer incômodo em relação a seus apelidos, mas admitem ter presenciado situações desagradáveis nos corredores da escola, notadamente aquelas em que a insistência se torna desagradável até para quem está de fora.

Nem sempre a insistência provoca incômodo, como no caso da aluna F, que, ao ser associada frequentemente a uma cantora de *funk*, não se sente ofendida. Na verdade, há uma boa ponta de orgulho em sua fala, principalmente ao mencionar que alguns professores também a chamam pelo referido nome — uma percepção acompanhada por risos e gestos de aprovação. Ela acredita que os apelidos sejam meios de aproximação e, ao ser perguntada sobre a forma como seria encarada em outros lugares a partir de comparação com uma artista cuja marca é a sensualidade, disse não haver problema algum. O que para alguns é desagradável, a outros causa satisfação.

Ao contrário de F, a entrevistada J revela sua contrariedade quando o apelido é usado fora de seu círculo de amigos, já que no seu grupo o apelido é uma demonstração de intimidade ou pertencimento. É o que explica o fato de que algumas formas de tratamento execráveis para a sociedade sejam toleradas no interior do grupo: uma espécie de intimidade entre amigos. Esse tipo de “transgressão” em nome da solidariedade do grupo é comum e marca de relações muito próximas. Nesse caso, a confiança produz a tolerância, nem que seja para manter as aparências ou, nos termos de Goffman (2011, p. 15), a “fachada”.

Paradoxalmente, a reação de L significou um desvio em relação aos colegas entrevistados, pois afirmou nunca ter ouvido apelido algum no *campus*. A intenção era clara no sentido de esconder sua opinião e evitar complicações diante de temática tão espinhosa. E não houve como retirar L de sua blindagem. É o tipo de entrevista que sugere perda de tempo, mas faz parte do trabalho de pesquisa. No sentido de agradar a todos, L não se negou a participar, mas não tinha a intenção de ir além do superficial — situação que pode ser remetida ao ditado popular “a ignorância é uma bênção”. É clara sua intenção, pois disse nunca ter ouvido apelido, mas também participou da amostragem quantitativa na qual nenhum aluno sequer declarou não ter algum tipo de apelido mesmo que gerado fora do *campus*. Descartar ou tentar desconstruir sua fala por meio de técnica (ou mera insistência) seria uma violação ao direito básico do entrevistado de só informar o que deseja, mesmo que esse desejo seja o de não revelar nada.

No limite, o apelido pode ser um tormento, como se conclui da entrevista com I, moça alta e de cabelos curtos que emolduravam a dureza de sua expressão ao longo da entrevista. Em suas palavras, um julgamento equivocados lhe traz o dissabor de ouvir repetidas vezes: *sapatênis*, *sapatão*, *macho man* e outros termos de natureza homofóbica. Ela definiu o apelido como sendo a representação do que se quer dizer sem a devida clareza, o que traduzimos por algo próximo a uma metonímia. Disse contar com a ajuda do Grêmio e de seus colegas mais próximos para suportar humilhações, tendo desistido de formalizar uma denúncia à direção, pois em suas palavras “queria dar uma oportunidade a eles” [*sic*]. Avalia que deu certo o estratagema, embora seus algozes ainda falem veladamente, ou “pelas costas”, a seu respeito. Desde pequena sofre perseguições por conta do seu jeito masculinizado. Resoluta, sabe que deve “resolver isso” — expressão utilizada várias vezes em uma entrevista de doze minutos. Não concordou com a existência de uma suposta barreira pedagógica a preconceitos no *campus*, pois também há professores que a olham de “cara feia”. Como em outros casos aqui relatados, trata-se de outra jovem no limite, prestes a explodir (ou implodir). A todo instante, depara-se com um olhar que supõe ser reprovador, situação que busca “resolver”. Em nenhum momento mencionou sua orientação sexual, caracterizando qualquer alusão a respeito como “equivoco” (que precisa “resolver”). Provavelmente o que precisa “resolver” seja exatamente isso: definir-se em termos de orientação sexual. Por enquanto, desponta aos olhos uma adolescente confusa e no limiar de transformações. O que a irrita é a

intromissão alheia em assuntos tão particulares e o uso abusivo de apelidos, associados a olhares supostamente portadores de acusação.

Ao contrário de I, H não se irrita por ter um apelido pouco lisonjeiro, derivado de uma característica física incomum. Mas acostumou-se, aprendeu a lidar com o que é. Sofreu o suficiente ou “resolveu-se” com o espelho, a ponto de não se importar mais com um nome tão negativo que o acompanha desde criança. Provavelmente amadureceu.

Nas duas amostras, quase (ressalva por conta da entrevistada L) todos os alunos declararam ter algum apelido, carinhoso, ofensivo ou neutro. O apelido ofensivo é o que recebe maior educação dos especialistas, já que pode causar sérias consequências à vida de jovens em formação de caráter, sem contar brigas e situações desagradáveis. No estudo sobre *bullying* acima mencionado, a definição pressupõe relações assimétricas de poder — o mais forte que pressiona o mais fraco. Quanto ao apelido, o desconforto pode derivar de questões pessoais mal resolvidas tensionadas pelo grupo e nem sempre gera opressão. O aluno H, por exemplo, não experimenta qualquer irritação por conta de sua diferença (física), é popular e sente-se muito bem, ao contrário da entrevistada I, bastante irritada por ser tratada como diferente.

No pequeno grupo de trabalho — o professor e suas três alunas bolsistas —, o apelido também se fez presente. O professor/pesquisador foi representado por uma carta do baralho mencionado acima, pouco lisonjeira a seu juízo, diga-se de passagem. Outra situação digna de nota: uma das bolsistas é reconhecida no *campus* pelos apelidos que põe em seus colegas, o que só foi descoberto com a pesquisa já em andamento. E, por esse motivo, transformou-se na entrevistada M. A partir de sua inserção, um aspecto fundamental foi percebido: todo o foco da pesquisa foi voltado para o aluno que recebe o apelido, mas existe o outro lado da moeda, aqueles que o criam e/ou perpetram atos de perseguição aos colegas.

Em sua pesquisa, Binsfeld e Lisboa (2010) destacam a vítima, o agressor e uma terceira categoria, a de vítimas-agressoras — aqueles que tanto sofrem violência quanto a praticam de alguma forma contra seus colegas. Tal como no caso do apelido, o *bullying* pode ou não se converter em vitimização entre pares (definição das autoras para o *bullying*), pois as fronteiras e os papéis são igualmente tênues. É provável que seja difícil obter entrevistas com alunos que transformaram a “zoação” (termo usado várias vezes para indicar brincadeira) em perseguição, ou seja, que admitam praticar um ato criticado. Nos casos de C e I, principalmente para este último, qualquer olhar é recebido como uma

agressão — consequência de seu próprio estado exaltado, à flor da pele. Nesse caso, o que é de fato perseguição e o que deriva de seus problemas mal resolvidos não é fácil de discernir.

Voltemos a M, a bolsista. O seu caso é interessante, pois declara ter sofrido muito com apelidos e agora os coloca em seus colegas. Ela disse que suas criações são inofensivas, praticamente consentidas e apenas se referem a “coisas” que caracterizam o apelidado. Os exemplos são elucidativos: é chamado de sorvete quem gosta muito de sorvete e mingau, banana, farofa, assim por diante, quando expressam uma predileção pessoal. Desta forma, ela supõe, ninguém reclamaria por ser chamado de algo de que tanto gosta. Em relação aos que possuiu, disse que por causa deles experimentou grande dificuldade em se adaptar ao *campus*, pois os apelidos do Ensino Fundamental a perseguiram no Médio. Se não fosse a ajuda de alguns alunos que se transformaram em amigos, até hoje teria dificuldade em se relacionar socialmente com seus pares. Frisou que colocar apelidos não é uma forma de revanche. Ao contrário: só os atribui a pessoas bem próximas, por quem sente carinho. De isolada e considerada estranha (no limite, perigosa), M tornou-se popular e aceita em todas as rodas de estudantes. Ao participar da pesquisa, surgiu-lhe a ideia de perguntar aos “mingaus”, “sorvetes” e “farofas” se haviam experimentado algum tipo de desconforto com seus apelidos. “Responderam que não”, declarou, satisfeita. E frisou não haver qualquer tipo de maldade no hábito que adquiriu no *campus*: colocar apelidos a partir das preferências pessoais de seus amigos. Confirma-se mais uma vez o caráter de marcação de território ou pertença: está no seu grupo quem tem predileções conhecidas, traço de proximidade e amizade.

Assim, a partir das reflexões ao longo da pesquisa, o campo foi ampliado em relação à representação gráfica inicial, composta apenas pelo pesquisador, bolsistas e alunos. E a emergência de novos agentes, externos e internos, aumentou a complexidade do contexto, sugerindo em termos conceituais a imagem foucaultiana de realidade composta por camadas justapostas e interligadas (FOUCAULT, 1969). Uma imagem em que o geral e o particular estão associados e permite a compreensão ampliada do contexto. O Ensino Fundamental e a experiência inicial com apelidos, bem como a inserção em um universo afetivo composto de pais e amigos, são dados que ficaram ocultos na amostragem quantitativa, mas citados frequentemente ao longo das entrevistas, compondo as camadas mais profundas deste “tronco” aos quais devem ser agregados a participação do Grêmio Estudantil, as aulas e as recomendações de professores e servidores voltados à atividade

pedagógica (pedagogo, psicólogo e assistente social). Uma totalidade que se completa ainda pelo envolvimento do pesquisador e suas bolsistas — totalidade que caracteriza a objetivação do apelido no *campus* e se materializa na fala contraditória dos alunos.

Considerações Finais

A pesquisa buscou entender a objetivação dos apelidos no *campus* Arraial do Cabo, IFRJ, isto é, como o apelido circula entre os alunos do segmento médio técnico e descobriu uma rede de relações interligadas a unir diferentes pontos: a ação docente, as experiências no Ensino Fundamental, o trabalho dos especialistas, a atuação do Grêmio e a própria base cultural da sociedade — um caldeirão de agentes e instâncias que se encontram diariamente na instituição em interações complexas que vão muito além da mera transmissão de conteúdo disciplinar

O artigo poderia ter recebido o título de Representações Sociais de Apelidos entre Alunos do Ensino Médio do *campus* Arraial do Cabo. Entretanto, o título escolhido expressa o desenvolvimento de uma hipótese segundo a qual os trabalhos empíricos e recortados não contemplam a representação social como um todo por serem desprovidos de historicidade. Isto é, pesquisas delimitadas não conseguem dar conta do processo representacional como um todo por não terem a profundidade temporal necessária para registrar o fenômeno, pois ancoragem e objetivação demandam um tempo imprevisível, não padronizado e não linear. Os recortes empíricos são como fotografias de um contexto mais amplo, quando muito expressam a objetivação.

A representação social fornece a base simbólica para a apropriação do apelido, quando então ganha especificidade a partir de seu uso cotidiano. Assim, a presente pesquisa não abarcou o fenômeno representacional em sua totalidade, sendo um recorte datado do processo. Ou seja, no *campus* Arraial do Cabo, o uso desta marca de alteridade é a própria objetivação, derivada da interação diária entre o contexto (localidade) e a representação social mais ampla (sociedade).

Este viés abre um leque de possibilidades para os estudos no campo das representações sociais que assim pode se referir a uma de suas etapas (ancoragem e

objetivação) — estranhamento ou sua materialização, o processo de transformação do estranho em familiar, ou ao processo inteiro, caso tenha fôlego para extrapolar o dado imediato. A representação social de um fenômeno em sua totalidade demanda estudos nos quais os contextos sejam analisados em sua complexidade e historicidade, como na obra de Moscovici (1978) que inaugura a linhagem teórica, ao aplicar uma varredura de larga escala aos diferentes segmentos das instituições francesas até chegar à representação social da psicanálise.

Neste trabalho sobre apelidos, as reflexões derivam de um recorte característico a um estudo de caso, ainda que tenha sido necessário remetê-lo eventualmente ao contexto mais amplo, posto que a dinâmica dos apelidos no *campus* está ligada a macroprocessos sociais. Assim, o que torna um apelido ofensivo ou não, em diferentes graus de intensidade, relaciona-se à história e à cultura da sociedade. Tratar alguém por “negão” pode gerar um processo por injúria racial, enquanto “gordinho” receberá no máximo uma reprimenda. No *campus*, por conta de suas características (atuação de diferentes instâncias), apelidos racistas ou homofóbicos são repelidos com maior veemência que os associados a características físicas. Tal hierarquia ficou patente na amostra quantitativa, que indicou a predominância de atributos físicos e sociais, contrariando o senso comum que, aliás, era a premissa inicial dos componentes da equipe da pesquisa, segundo a qual os apelidos raciais e homofóbicos seriam os predominantes. O que significa dizer que existe um diferencial pedagógico na instituição que praticamente distorce a representação social do apelido (sua objetivação).

O contexto do *campus* enseja essa situação, pois, como aqui foi peremptoriamente afirmado, a representação social ganha especificidades a partir de sua apropriação, isto é, a forma como é objetivada por um grupo social específico. O uso de entrevistas confirmou tal pressuposto e ampliou as possibilidades de interpretação, conferindo assim maior complexidade à análise. A experiência anterior no Ensino Fundamental, a atuação de professores e Grêmios Estudantis, além das instâncias voltadas à função pedagógica, são elementos necessários à compreensão do trabalho de objetivação cotidiano desta instituição. O resultado da interação entre estes elementos se desdobra em nuances, como, por exemplo, a figura daquele que põe o apelido.

O apelido apresenta maior complexidade em relação ao *bullying* — conhecido e estudado por conta de suas consequências negativas. De um lado, carinho, amizade,

comunicação e identificação; de outro, exclusão, violência, traumas e danos permanentes. Essa é a base ambivalente do apelido, constatada de perto pela pesquisa.

No *campus* há um embate constante entre o discurso pedagógico/politicamente correto e a alteridade, quando esta se manifesta por aspectos indesejáveis ao ambiente escolar, tais como o racismo, o sexismo, a homofobia, entre outros. A entrevista demonstrou a importância da participação dos docentes, ainda que de forma contraditória ou desprovida de unidade pedagógica, sem contar as menções pouco honrosas a professores que participam dos apelidos na condição de algozes. Há que se destacar que a pesquisa ora apresentada nasce em um espaço que incentiva a reflexão e a crítica, sendo assim um ingrediente da própria objetivação em questão.

Do incômodo ou sua ausência, entende-se a postura do aluno: quanto maior o desconforto, maior será o pessimismo acerca das relações pessoais existentes no ambiente escolar. Este estudo sobre apelidos poderia balizar ações educativas, no *campus* ou fora dele, ainda que não seja essa a intenção central da pesquisa. Um mapeamento preliminar pode ajudar a identificar perfis e atenuar conflitos potenciais. O apelido é capaz de oferecer mais informações sobre alguém que o seu nome na carteira de identidade.

O fato de que um apelido ofensivo possa ser considerado carinhoso em seu meio não serve de atenuante para relações de alteridade opressivas, eventualmente escondidas ou camufladas em outros níveis (camadas) da sociedade. Neste sentido, a “ofensa carinhosa” pode banalizar e assim perpetuar preconceitos historicamente arraigados entre grupos, estratos e classes sociais.

As reflexões até aqui desenvolvidas deverão ser compartilhadas com a comunidade, embora não seja possível preliminarmente saber se provocará algum impacto ou ação efetiva. Talvez seja necessário esclarecer essa afirmação com um exemplo. A obra de Denise Jodelet (2005) deve ter sido conhecida pelos habitantes de Ainay-le-Château e ter provocado mudanças a ponto de ser incorporada à representação social da loucura na localidade. Trata-se de uma suposição plausível, haja vista a importância da obra e sua repercussão acadêmica. Mas o que aconteceu às “colônias familiares” na pequena cidade do interior da França, após o estudo que as revelou ao mundo, tornando-se um provável componente da representação social da loucura na comunidade, somente novos estudos poderão dar indicar.

Referências

ANDRADE, Maria Antônia Alonso de. A Identidade como Representação e a Representação da Identidade. In: MOREIRA, A. S. P. & OLIVEIRA, D. C. (Orgs.). **Estudos interdisciplinares de representação social**. Goiânia: AB, 1998.

ARAÚJO, Luciene da Costa. **As Representações Sociais dos Estudantes Acerca do Bullying no Contexto Escolar**. 2011. 141 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social). Universidade Federal da Paraíba, 2011.

ARRUDA, Angela. O Ambiente Natural e seus Habitantes no Imaginário Brasileiro. In: ARRUDA, Angela (org.). **Representando a Alteridade**. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

BARDIN, Lawrence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade e Ambivalência**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

BECKER, S. Howard. **Segredos e Truques da Pesquisa**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.

BINSFELD, A. R.; LISBOA, C. S. M. Bullying: Um estudo sobre papéis sociais, ansiedade e depressão no contexto escolar do Sul do Brasil. **Interpersona** 4 (1), 74-105, 2010.

BORDIEU, Pierre. A Opinião Pública não Existe. In: THIOLENT, Michel J. M. (org.) **Crítica Metodológica, Investigação Social & Enquete Operária**. Coleção Teoria e História, 6. Texto 1. São Paulo: Editora Polis, 1982.

BUBER, Martin. **Do Diálogo e do Dialógico**. São Paulo: Perspectiva, 1982.

BRASIL. **Lei 13.185, de 6 de novembro de 2015**. Institui o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (Bullying). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13185.htm. Acessado em: 06/06/2017.

DUVEEN, Gerard. A Construção da Alteridade. In: ARRUDA, Angela. **Representando a Alteridade**. Petrópolis: Vozes, 1998.

ERIKSON, Erick. **Identidade: Juventude e crise**. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

EYNG, Ana Maria; GISI, Maria Lourdes; ENS, Romilda Teodora. Violência nas Escolas e Representações Sociais: um diálogo necessário no cotidiano escolar. **Rev. Diálogo Educ.**, Curitiba, v. 9, n. 28, p. 467-480, set./dez. 2009.

FINE et al. Para quem? Pesquisa qualitativa, representações e responsabilidades sociais. In: DENZIN, Norman K. & LINCOLN, Yvona S. **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. Porto Alegre: Artmed, 2006.

FOUCAULT, Michel. **L'archéologie du savoir**. Paris: Gallimard, 1969.

GARRET, Annette. **A entrevista, seus princípios e métodos**. Rio de Janeiro: Agir, 1981.

GIDDENS, Anthony. **Modernidade e identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

GINZBURG, Carlos. **Mitos, emblemas, sinais: Morfologia e história**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan, 1988.

_____. **Ritual de Interação**. Ensaios sobre o comportamento face a face. Petrópolis: Vozes, 2011.

HALL, Stuart. Introducción: quién necesita “identidad”? In: HALL, Stuart; DU GAY, Paul (orgs.). **Cuestiones de identidad cultural**. Buenos Aires: Amorrortu, 2003.

HARTOG, François. **O espelho de Heródoto: ensaio sobre a representação do outro**. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

HEIDEGGER, Martin. **Que é isto, a Filosofia: identidade e diferença**. Rio de Janeiro: Vozes, 2006.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
JODELET, Denise. A alteridade como produto e processo psicossocial. In: ARRUDA, Angela (org.). **Representando a Alteridade**. Rio de Janeiro: Vozes, 2001.

_____. **Loucuras e Representações Sociais**. Rio de Janeiro: Vozes, 2005.

JOVCHELOVITCH, Sandra. **Os Contextos do Saber: representações, comunidade e cultura**. Rio de Janeiro: Vozes, 2008.

MARQUES, José; PÁEZ, Dario; PINTO, Isabel Rocha. Estereótipos: antecedentes, e consequências das crenças sobre os grupos. In: VALA, Jorge; MONTEIRO, Maria Benedicta (orgs.). **Psicologia Social**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004.

MATURANA, Humberto R.; VARELA, Francisco J. **A árvore do conhecimento: as bases biológicas da compreensão humana**. São Paulo: Palas Athenas, 2001.

MORIN, Edgar. A entrevista nas Ciências Sociais, na rádio e na televisão. In: MOLES, Abraham A. et al. **Linguagem da Cultura de Massa**. Petrópolis: Vozes, 1973.

MOSCOVICI, Serge; DOISE, Willem. **Dissensões e Consenso**. Uma teoria geral das decisões coletivas. Lisboa: Livros Horizonte, 1991.

MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais: Investigações em psicologia social**. Petrópolis: Vozes, 2003.

_____. **A Representação da Social da Psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

SAWAIA, Bader Burilan. O Sofrimento ético-político como categoria de análise da dialética exclusão/inclusão. In: SAWAIA, Bader. **As Artimanhas da Exclusão**. Análise psicossocial e ética da desigualdade social. Petrópolis: Vozes, 1999.

VEREDA, Rita de Cássia. **Apelido pejorativo na escola, um estudo com adolescentes paulistanos**. 2007. 145 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) — Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007.

ZAGURY, Tania. **O professor refém**: para os pais entenderem por que fracassa a educação no Brasil. Rio de Janeiro: Record, 2006.

Submetido em 16/05/2017

Aprovado em 25/06/2019

Licença *Creative Commons* – Atribuição Não Comercial 4.0 Internacional (CC BY-NC 4.0)